
**PROJETO “OLHO VIVO”: DISPOSITIVO DE VIGILÂNCIA NO
ESPAÇO URBANO DE BELO HORIZONTE ¹**

**THE "OLHO VIVO" PROJECT: THE MONITORING DEVICE
URBAN SPACE OF BELO HORIZONTE**

WILSON MILANI ²; EDUARDO DE JESUS ³

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

Resumo: O presente artigo se propõe a examinar os desdobramentos sociopolíticos e comunicacionais provocados pela expansão substancial dos dispositivos tecnológicos de vigilância nas sociedades contemporâneas. Para tanto, optou-se por investigar o Projeto “Olho Vivo”, conjunto de câmeras de vídeo-vigilância instalado em locais de grande incidência criminal na cidade de Belo Horizonte (MG). Para fundamentar a análise do objeto empírico, utilizou-se como aportes teóricos os conceitos de “sociedade disciplinar” e “sociedade de controle”, formulados, respectivamente, por Michel Foucault e Gilles Deleuze. O objetivo é discutir a imbricação contemporânea entre vigilância eletrônica, regimes de visibilidade, matrizes espaciais e processos de subjetivação.

Palavras-chave: Sociedade de controle. Dispositivos tecnológicos de vigilância. Regimes de visibilidade. Processos de subjetivação. Projeto “Olho Vivo”.

Abstract: This article proposes to examine the socio-political developments and communication caused by the substantial expansion of technological surveillance devices in contemporary societies. To this end, we chose to investigate the project "Olho Vivo", set of video surveillance cameras installed in locations with high rate of

¹ Este artigo é um esforço de sistematização das principais ideias contidas na monografia *Dispositivos de vigilância e processos de subjetivação contemporâneos: uma possível cartografia da sociedade de controle*, apresentada, em junho de 2011, à Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (FCA/PUC Minas). Os autores agradecem a colaboração da Professora Maria Ângela Mattos, cujas reflexões foram de suma importância para a concepção deste trabalho.

² Graduado em Publicidade e Propaganda pela Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (FCA/PUC Minas). Atualmente, conclui os estudos em Jornalismo pela mesma instituição de ensino, além de fazer parte do Grupo de Pesquisa “Campo Comunicacional e suas Interfaces”, cadastrado no CNPq. Endereço eletrônico: wilsonmilani@gmail.com.

³ Professor da Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (FCA/PUC Minas). Endereço eletrônico: edujesus@uol.com.br.

crime in the city of Belo Horizonte (MG). To support the analysis of the empirical object, was used as theoretical support the concepts of "disciplinary society" and "control society" formulated, respectively, by Michel Foucault and Gilles Deleuze. The aim is to discuss the overlap between contemporary electronic surveillance regimes of visibility, spatial matrices and subjective processes.

Keywords: Society of control. Technological surveillance devices. Regimes of visibility. Subjective processes. "Olho Vivo" Project.

1. Introdução

Os afazeres do sujeito contemporâneo, quer sejam no espaço urbano ou infocomunicacional, transformaram-se em fluxos contínuos em meio a uma série de procedimentos socio-técnicos e dispositivos de vigilância. Circuitos internos de televisão, detectores de metal, câmeras de vídeo-segurança, sensores de presença e movimento, geolocalização por satélite, redes sociais digitais, mídias locativas, sistemas de busca *online*, entre outros aparatos tecnológicos, são apenas alguns dos elementos constituintes de uma rede de coleta e armazenamento de informações referentes às ocupações, preferências e ações comportamentais de indivíduos e/ou grupos sociais. Percebe-se, a partir daí, que a vigilância sistemática das atividades cotidianas, conforme salienta Botello (2010), tornou-se algo trivial na contemporaneidade. Dessa forma, os dispositivos de vigilância devem ser encarados como um fenômeno imanente – não exterior, por conseguinte – à dinâmica sociocultural dos tempos atuais.

É necessário ressaltar, entretanto, que os Estados modernos sempre desenvolveram mecanismos de normatização social. O censo estatal parece ter sido uma das primeiras estratégias de estocagem e tabulação de dados sobre cidadãos e fatos que ocorriam no âmbito das cidades modernas. A prática de monitoramento e vigília de ações de pessoas ordinárias não é, portanto, uma prerrogativa do contexto contemporâneo. Mas, a partir de meados do século XX, a rápida difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) apresentou um papel preponderante na elaboração de novas formas de controle social, as quais poderiam ser



consideradas, segundo Kim (2004), como sendo a verdadeira “revolução do controle”. (KIM, 2004, p. 213).

De tal contexto sociopolítico, emergiu uma das problemáticas fundamentais em torno da vigilância contemporânea: a capacidade de articular, em um mesmo movimento, proteção e controle social. Em outras palavras, os dispositivos de vigilância visam, segundo seus entusiastas mais fervorosos – entre os quais, destacam-se as instâncias governamentais, o capital privado e os veículos de comunicação –, a redução do risco de roubos, fraudes, sequestros, acidentes e, em última análise, da própria violência. Em contrapartida, esses mesmos dispositivos, apontam alguns críticos – como, por exemplo, os defensores da liberdade civil e do direito à privacidade e ao anonimato –, permitem a compilação e manipulação de dados sobre indivíduos e/ou grupos sociais a fim de melhor supervisioná-los e controlá-los.

É válido sublinhar, igualmente, que a vigilância, em certas ocasiões, se exerce de forma transparente e explícita, como é o caso das câmeras de vídeo-vigilância instaladas em boa parte das metrópoles mundiais. Em outros momentos, em compensação, a observação e o controle visual se dão por meio dos fluxos invisíveis presentes nas redes infocomunicacionais, bem como nas tecnologias infiltradas no espaço ampliado⁴. Trata-se, na realidade, de conceber os dispositivos e procedimentos de vigilância como sendo importantes vetores de mudança no que diz respeito aos processos socioculturais e comunicacionais da contemporaneidade, principalmente por serem responsáveis por articular “combinações e partições variadas do visto e do não visto, atestando distintas relações entre vigilância e visibilidade nas sociedades contemporâneas e suas manifestações na organização do espaço”. (BRUNO; FIRMINO; KANASHIRO, 2010, p. 08).

⁴ Por espaço ampliado, entende-se como uma ampliação da realidade imediata dos sujeitos através da interação entre espaço físico e espaço infocomunicacional. A respeito desse conceito, ver DUARTE; FIRMINO (2010).



Das manifestações contemporâneas atreladas à vigilância, uma em especial será o foco de análise deste artigo: a incorporação de câmeras de vídeo-vigilância às paisagens e arquiteturas urbanas das principais cidades mundiais. Como recorte empírico, optou-se pelo Projeto “Olho Vivo”, sistema de monitoramento urbano instalado em locais de grande incidência criminal na cidade de Belo Horizonte (MG). Antes, porém, de adentrar na análise propriamente dita do objeto empírico, será realizada uma discussão a respeito de conceitos-chave que servirão de aportes teóricos para que se possa compreender a atual imbricação entre vigilância, controle social, matrizes espaciais, regimes de visibilidade e processos de subjetivação.

2. *Panóptico*: uma análise do poder por intermédio da relação entre vigilância e visibilidade

De acordo com Foucault (1975), a sociedade disciplinar – arranjo sociopolítico que vigorou, sobretudo, durante os séculos XVIII e XIX – tinha como principal objetivo organizar as forças individualizantes a fim de melhor aproveitá-las em benefício do sistema de produção capitalista. Para tanto, a lógica do poder disciplinar baseava-se, essencialmente, em uma distribuição política dos corpos no interior dos espaços confinados, em um controle minucioso do tempo, gestos e atividades, bem como numa vigilância constante das ações dos indivíduos. Daí surgiram inúmeros aparelhos disciplinares modernos – escolas, casernas, fábricas, hospitais, prisões, entre outros –, responsáveis por mergulhar os indivíduos em uma relação de docilidade-utilidade. As disciplinas, portanto, tinham como função primordial, segundo Foucault (1975), aumentar as habilidades dos corpos, aprofundar sua sujeição, além de investi-lo de uma capacidade econômica e uma obediência política. Dessa maneira, os processos disciplinares foram capazes de produzir, no interior das sociedades modernas ocidentalizadas, indivíduos submissos, dóceis e exercitados.

Uma ferramenta tecnopolítica do micropoder fundamental para que se possa compreender a formação e o funcionamento das sociedades disciplinares é o *Panóptico*⁵. De maneira geral, pode-se dizer que o *Panóptico* apresentou efeitos importantes para os processos de disciplina. Em um primeiro momento, ele foi responsável por evitar a concentração excessiva de pessoas nos locais de encarceramento, visto que a disposição dos elementos arquitetônicos de sua estrutura faz com que cada indivíduo fique trancado em sua cela sob a vigilância do controlador. E, além disso, o *Panóptico* evita a possibilidade de o detento comunicar-se com os companheiros devido à presença de muros laterais: “é visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação”. (FOUCAULT, 1975, p. 166). É a tentativa do poder de gerir individualmente uma massa repleta de multiplicidades.

Assim, o *Panóptico* organizava as múltiplas trocas que eram feitas pela multidão, passando a realizar uma separação das individualidades. Aparece, aí, o efeito mais importante, segundo Michel Foucault (1975), desse dispositivo disciplinar: “induzir no detento uma estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação. (FOUCAULT, 1975, p. 166). Em outras palavras, pode-se dizer que o essencial, no *Panóptico*, é que o enclausurado saiba que está sendo vigiado, mesmo não tendo a necessidade de sê-lo efetivamente. Dessa forma, os dispositivos modernos de vigilância e visibilidade, conforme ressalta Bruno (2008), dependem, para funcionarem de modo adequado, de um processo de interiorização de seus efeitos por parte dos indivíduos. Nesse sentido, o olhar do Outro abrirá um novo campo de visibilidade: um campo que, a partir da modernidade, será interno, subjetivo, situado no interior dos próprios sujeitos, através, principalmente, de seus pensamentos, paixões, desejos etc. Os dispositivos modernos de visibilidade inauguram, por con-

⁵ O *Panóptico*, em termos físicos e arquitetônicos, pode ser descrito da seguinte forma: nas periferias, uma construção em formato de anel. No centro, a presença de uma torre vazada de extensas janelas que se debruçam sobre a parte interna desse anel. A construção periférica é dividida em diversas celas, tendo em cada uma delas a presença de duas janelas, uma para o interior e a outra para o exterior, permitindo, assim, que a luz atravesse as celas em toda sua extensão.



seguinte, um processo de subjetivação que deve ser auto-reflexivo, interiorizado, profundo, auto-vigilante e capaz, sobretudo, de assimilar e reproduzir as normas, regras e padrões vindas do exterior. Em suma, uma subjetividade, conforme é mostrado por Bruno (2008), que julga e condena a si mesma.

No que diz respeito à estruturação das relações de poder disciplinares, pode-se dizer que a lógica inerente às disciplinas possibilitou a criação de linhas de fuga por parte dos indivíduos que estavam submetidos a esse tipo particular de controle social. Assim, os mecanismos disciplinares fixavam os corpos no interior de seus processos e instituições, mas não possuía mecanismos suficientemente eficazes para controlá-los na plenitude de suas atividades. Ou, ainda, conforme aponta Bruno (2008):

na vigilância moderna e disciplinar tais limites eram próprios à sua lógica e aos seus efeitos, definindo grupos específicos a serem vigiados (prisioneiros, doentes, alunos, operários), bem como funções, hierarquias e papéis definidos (as fronteiras entre vigias e vigiados eram claramente inscritas nos espaços diferenciados, nos cargos e tarefas, nas identidades). (BRUNO, 2008, p. 02).

A partir da citação anterior, percebe-se que a vigilância moderna-disciplinar era estabelecida segundo uma estratégia contingencial e restrita, isto é: os indivíduos e/ou grupos sociais que estavam submetidos a ela eram aqueles que se encontravam necessariamente em aparelhos disciplinares. Sendo assim, conforme salientado por Hardt e Negri (2004), a sociedade disciplinar estruturou-se em relações de poder estáticas, na medida em que a invasão das disciplinas contrabalanceava com a resistência do indivíduo.

3. Da disciplina ao controle: intensificação e generalização da vigilância

Em contrapartida às disciplinas modernas, as formas de controle contemporâneas – interessadas, principalmente, em promover o domínio completo da malha social, sem que haja descanso ou escapatória – passaram a ser exercidas ao ar livre, salvaguardadas de barreiras



físicas e locais enclausurados, e por meio do controle e administração de inúmeros fluxos sociais, entre os quais: o controle do fluxo financeiro mundial, do fluxo de desejos através da intensificação ampliada do consumo (publicidade e *marketing*) e, talvez o fator mais preponderante, o controle do fluxo de comunicação e informação. Sendo assim, Costa (2004) sugere que “nenhuma forma de poder parece ser tão sofisticada quanto aquela que regula os elementos imateriais de uma sociedade: informação, conhecimento e comunicação”. (COSTA, 2004, p. 163).

Não se trata, porém, de dizer que as lógicas disciplinares desapareceram por completo com o advento da sociedade de controle, e sim assinalar o fato dos processos de disciplinarização estarem espalhados, através de outras formas representativas, por toda a malha social. Na realidade, o controle pode ser visto como um movimento de intensificação e generalização da disciplina, na medida em que as fronteiras das instituições disciplinares foram penetradas “de forma que não há mais distinção entre fora e dentro”. (HARDT, 2000, p. 369). Trata-se, portanto, de uma nova forma pela qual o poder, na passagem entre a modernidade e a contemporaneidade, marcará o espaço-tempo, o corpo, as práticas sociais e produtivas, bem como os processos de subjetivação engendrados pelos indivíduos.

Um aspecto predominante capaz de distinguir a disciplina do controle consiste na lógica através da qual ambas as sociedades colocaram em prática suas operações fundamentais. Isto é, os indivíduos, no período das disciplinas, eram identificados pelo poder através da apropriação política do espaço e, sobretudo, por meio de um constante jogo de olhares. Ao passo que no período do controle, as pessoas passaram a ser observadas e controladas através de computadores e aparelhos eletrônicos capazes de detectar a posição exata de cada integrante no seio da malha social. Em outras palavras, não se tem mais a necessidade de espaços enclausurados – conforme havia na modernidade – para realizar o domínio do corpo social. O controle, no contexto contemporâneo, é feito sobre fluxos e movimentos, e se estrutura, principalmente, através da noção de rede.



Dessa forma, a análise realizada por Foucault (1975) a respeito do *Panóptico* demonstra a atuação dos micropoderes nas sociedades disciplinares, na qual os corpos e as subjetividades são organizados em torno de uma relação de docialidade-utilidade. Sendo que hoje,

as estratégias de poder talvez sejam mais sutis e passam menos pela disciplina do que pelo controle: disseminam-se nas redes telemáticas dispositivos de vigilância e monitoramento, que, para além dos Estados, são os principais instrumentos do novo *marketing*, ainda mais invasivo que seus descendentes. (BRASIL, 2004, p. 04-05).

A partir da citação anterior, é possível afirmar que a invisibilidade e a mobilidade são as características essenciais dos dispositivos de vigilância e controle contemporâneos. Tais dispositivos, por sua vez, se ocuparam dos dados resultantes dos comportamentos dos indivíduos no interior da esfera social, bem como no espaço infocomunicacional.

Há que se notar, também, as formas distintas pelas quais as sociedades disciplinares e as sociedades de controle organizaram seus conjuntos de dados e informações. Nas sociedades pautadas na disciplina, por exemplo, as informações eram estruturadas seguindo uma lógica hierárquica e vertical. Nesse caso, o acesso de um indivíduo a uma determinada informação e/ou dado dependeria, sobretudo, da posição ocupada por ele na escala hierárquica das instituições disciplinares. Além disso, cada aparelho disciplinar apresentava um acervo próprio de documentos e anotações, referentes ao seu espaço físico. E, na maioria dos casos, não havia interlocução entre os acervos das instituições disciplinares.

Por outro lado, a sociedade de controle – pautada em uma estrutura reticular e interconectada – irá catalogar as informações por meio de uma estrutura horizontal e personificada. A rede, principal elemento desse novo tipo de organização social, ficará responsável por fixar os dados e escritos a respeito do comportamento diário dos indivíduos. Se no interior das relações de disciplina o indivíduo tinha seus passos e comportamentos constantemente registra-



dos, agora, na sociedade de controle, tal procedimento se tornará ainda mais constante e aperfeiçoado, e acontecerá, conforme visto anteriormente, ao ar livre, longe de barreiras físicas.

Cabe, aqui, ressaltar que os dispositivos disciplinares apresentavam uma clara polarização entre a opacidade do poder e a transparência dos indivíduos. Tal polarização pode ser facilmente visualizada através do dispositivo *Panóptico*, idealizado por Foucault (1975). O poder, devido a sua localização privilegiada, estaria fora do alcance dos indivíduos, enquanto estes, por sua vez, estariam em uma situação de constante observação, vigilância, monitoramento. A sociedade de controle, entretanto, fará com que os indivíduos, à primeira vista, estabeleçam uma relação mais transparente com o poder que os controla. Destaca-se ainda que o surgimento da *web* despertou uma série de reflexões a respeito da possibilidade de se criar uma sociedade mais transparente, democrática, libertária, promovendo, assim, um desvencilhamento das amarras do poder obscurantista. Tal hipótese, entretanto, não se consolidou por completo, visto que houve uma mudança também na natureza do poder contemporâneo. O poder não é mais hierárquico, e sim rizomático, difuso, disperso por uma rede interplanetária.

A mudança na natureza das relações de poder promovida pela contemporaneidade sugere que a polarização entre opacidade-transparência não se torna mais pertinente. Ou, antes, conforme aponta Deleuze (1992): “os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira”. (DELEUZE, 1992, p. 226). Dessa forma, o poder, no interior das sociedades pautadas no controle, estaria cada vez mais ilocalizável, difuso, disperso, ou seja: pulverizado através dos nós das redes.

4. Dispositivos tecnológicos de vigilância no espaço urbano

Na contemporaneidade, a dinâmica do espaço urbano se tornou um local recheado de tensões existentes, nas quais a ampliação da presença dos dispositivos tecnológicos de vigilância passou a ser vista como uma questão capaz de provocar novos tipos de sociabilidade,



bem como diferentes processos de subjetivação. No cenário das grandes cidades, percebe-se a articulação constante entre medo e controle. Assim, os espaços não vigiados e desconhecidos são vistos como locais dominados pelo ilícito e, sobretudo, pela violência. O dispositivo de vigilância mais evidente, no ambiente urbano das sociedades contemporâneas, são as câmeras de vídeo-segurança. De acordo com Bruno, Firmino e Kanashiro (2010), as câmeras de vigilância são capazes de estabelecer a existência de dois territórios distintos: um interior seguro e um exterior ameaçador. Nesse sentido, as câmeras atuam como um mecanismo de controle social e como uma demarcação visual e psicológica de limites pré-estabelecidos.

Daí emergiu o argumento que diz que a vigilância foi desenvolvida, no decorrer dos últimos vinte e cinco anos, numa tentativa de estabelecer mecanismos de proteção ao risco, mesmo que para isso fosse preciso invadir a privacidade de indivíduos e/ou grupos sociais. Na verdade, trata-se de orquestrar uma relação de controle jamais vista no passado (BOTELLO, 2010, p. 28). Sendo assim, a vigilância passou a ser vista como a solução natural ao quadro de insegurança, medo e desordem social vivenciado pelas grandes cidades contemporâneas. Ademais, parece que os dispositivos tecnológicos de vigilância tornaram-se a principal forma de proteção, ou, melhor, de reação ao cenário violento e supostamente perigoso no qual os indivíduos estão inseridos, hoje em dia.

Outra questão relevante para a discussão aqui proposta consiste na chamada “retórica do risco”, que permeia e, de alguma forma, caracteriza as sociedades contemporâneas. Retórica esta que mergulha os sujeitos em uma situação de risco sempre iminente: “da ameaça nuclear à engenharia genética, do narcotráfico ao terrorismo, da AIDS às novas epidemias, se diversifica nosso ‘portfólio de riscos’”. (BRASIL, 2006, p. 106). Assim, os processos midiáticos aparecem como um dos principais legitimadores e incentivadores da “retórica do risco”. Os meios de comunicação de massa estão, a todo instante e com uma velocidade assustadora, alardeando notícias catastróficas, perigosas e, por conseguinte, inquietantes.



Logo, se os indivíduos catalisarem suas experiências somente pelo conteúdo divulgado pelos jornais, revistas, rádios, canais televisivos, Internet etc., acabarão por achar que estão prestes a presenciarem um desastre ambiental em grande escala, um atentado terrorista sem precedentes, o surgimento de uma gravíssima crise econômica, ou, até mesmo a violação e destruição de suas casas e famílias por meio de uma violência desmedida.

Assim, o risco – ou, antes, a estratégia da “retórica do risco” –, cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas, sendo alimentado, sobretudo, pela sua extrema visibilidade midiática, acaba por criar uma demanda – aparentemente, natural e necessária – em torno do controle e da segurança. Em nome de uma suposta proximidade do risco e da catástrofe, indivíduos, grupos sociais e instituições (tanto públicas quanto privadas) buscam e, em alguns casos, exigem o aumento do número de procedimentos, aparatos, tecnologias e dispositivos de vigilância. Há, portanto, segundo Brasil (2006), uma gestão privada dos riscos por parte do indivíduo comum, isto é: cada pessoa deve gerir e controlar, de forma absolutamente individual e independente – sem o auxílio do Estado, portanto –, todos os custos, benefícios e riscos oriundos de suas próprias escolhas.

O importante, aqui, talvez seja ressaltar que os aparatos tecnológicos de segurança, ao serem inseridos no cotidiano das cidades, são capazes de propiciar novas formas de experiência e sociabilidade, bem como processos de subjetivação, principalmente no que se refere ao anonimato, à liberdade, à intimidade, à segurança e ao medo dos indivíduos contemporâneos que vivem em um contexto urbano.

5. Regime de visibilidade e processos de subjetivação contemporâneos

Conforme visto anteriormente, a rápida difusão das TICs foi responsável por rearticular alguns parâmetros fundamentais da vida em sociedade, tais como: as práticas sociais, os mecanismos de produção de subjetividade, a relação espaço-temporal, as formas de sociabili-

dade, os arranjos comunicacionais, além dos modos de ver e ser visto, isto é, os regimes de visibilidade contemporâneos. No que diz respeito a esse último parâmetro, é possível afirmar que há, na contemporaneidade, uma reordenação dos regimes de visibilidade. Em outras palavras, como é salientado pelos autores do livro *Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação* (2010):

os parâmetros e limites segundo os quais estávamos habituados a ordenar o ver e o ser visto estão em trânsito. Ampliam-se ou modificam-se as margens do visível, os modos de fazer ver, assim como os modos de ser visto. (BRUNO; FIRMINO; KANASHIRO, 2010, p. 7).

Esse atual movimento feito pelos regimes de visibilidade contemporâneos envolve, inevitavelmente, os dispositivos de vigilância que, cada vez mais, se apresentam através das mais variadas técnicas, modos de atuação e significações.

Vale ressaltar, também, que cada época apresenta seu regime de visibilidade próprio. E dessas condições de visibilidade participam, conforme assinala Deleuze (1992), “máquinas, práticas, regras, discursos que estão articulados a formações de saber e jogos de poder”. (DELEUZE, 1992, p. 220). Dessa forma, os dispositivos e aparatos de vigilância constroem e participam dos modos de ver e ser visto de uma sociedade ao articular procedimentos de “monitoramento, identificação, controle, coleta e produção de informações sobre os indivíduos e suas ações”. (BRUNO; FIRMINO; KANASHIRO, 2010, p. 8).

Na transição da modernidade para a contemporaneidade, o foco da visibilidade ainda continuará voltado ao indivíduo comum, entretanto, apresentará alguns deslocamentos preponderantes que, por sua vez, serão capazes de provocar diferentes análises no que diz respeito aos processos de subjetivação. De acordo com Bruno (2008), o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, em especial a TV, ocasionou uma mudança importante no foco de visibilidade: ele deixa de incidir sobre o indivíduo comum e passa a voltar-se aqueles que

detêm o poder, ou seja, as elites e suas promoções exageradas de celebridades e *popstars* no mundo televisivo.

Assim, o indivíduo comum, ordinário, aponta Bruno (2008), “passa à condição de observador de uns poucos dignos de visibilidade, deixando de ser objeto de coerção ou correção para se tornar alvo de um poder que se exerce sobretudo por sedução”. (BRUNO, 2008, p. 04). Tal cenário no qual haverá uma inversão no foco de visibilidade ganhará o nome de *Sinóptico* (MATHIESEN, 1997, *apud* BAUMAN, p. 60). Por *Sinóptico*, entende-se o dispositivo através do qual muitos passarão a vigiar poucos, contradizendo, assim, a lógica *panóptica*, na qual poucos vigiavam muitos.

A relação entre subjetividade e visibilidade, entretanto, vem ganhando novos contornos nos dias atuais, influenciada, principalmente, pela disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), bem como pelo surgimento de diversos dispositivos que transitam nos espaços físico e infocomunicacional. Nessa perspectiva, Bruno (2008) esclarece que há, na contemporaneidade, um movimento que aponta o retorno do foco de visibilidade sobre o indivíduo comum, que não mais se encontra no interior das instituições disciplinares, e sim enclausurados nas telas de TV. A presença cada vez mais constante dos chamados *reality shows* parece ratificar essa concepção. Ou, ainda: os circuitos fechados de televisão, as câmeras de vídeo-vigilância espalhadas pelos espaços públicos e privados, os bancos de dados eletrônicos, bem como os programas computacionais de coleta, armazenamento e processamento de dados e informações são fatos que atestam o surgimento de um novo campo de visibilidade direcionado, novamente, ao indivíduo comum.

O conceito de processos de subjetivação é tomado, aqui, a partir do pensamento desenvolvido por Félix Guattari (1992), visto que tal concepção se torna fundamental na compreensão das relações de poder estabelecidas na sociedade de controle. Para Guattari (1992), a subjetividade deve ser vista através da perspectiva da produção, isto é, como sendo fruto das



relações e associações dos fenômenos sociais. Será abandonada, então, a ideia da existência de uma essência/natureza subjetiva, e passará a adotar como pertinente o conceito de processos de subjetivação. Em outras palavras, a subjetividade seria o engendramento de diversos fatores – de origem social, econômica, política, afetiva, comunicativa, imagética, sonora, existencial – que seria capaz de constituir o “eu” de cada indivíduo.

Os processos de subjetivação, portanto, são fundamentais na medida em que o sujeito é capaz de resistir, ou, até mesmo, escapar dos poderes e saberes constituídos. Dessa maneira, a subjetividade, segundo o pensamento guattariano, seria a principal linha de fuga responsável por “libertar” os sujeitos das relações de poder-saber instituídas por uma determinada sociedade.

6. Matrizes espaciais e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

No âmbito da dinâmica urbana contemporânea, os desdobramentos causados pelo desenvolvimento rápido e constante das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são significantes e perceptíveis. De acordo com Botello (2010), as TICs foram capazes de motivar o surgimento de novos agenciamentos entre subjetividades, objetos, máquinas, discursos, equipamentos e lugares. Como resultado, houve uma mudança substancial na organização espacial das atividades humanas no interior das cidades e grandes regiões metropolitanas. As TICs causaram, igualmente, conforme apontam Duarte e Firmino (2010), um aumento considerável na capacidade dos indivíduos em ampliar os limites pessoais e coletivos de interação com o espaço urbano.

Fala-se, inclusive, na existência de uma realidade ampliada – e, por analogia, de uma cidade ampliada –, na qual haveria, como o próprio nome sugere, uma ampliação da realidade imediata das pessoas através da interação intangível entre “espaço físico e o que Manovich (2002) chama de Dataspace [espaço da informação]”. (DUARTE; FIRMINO, *apud* MANO-



VICH, 2010, p. 29). Percebe-se, a partir daí, o surgimento de novas formas e maneiras de se experimentar, vivenciar e decodificar o espaço por parte dos indivíduos contemporâneos. Ademais, alguns conceitos fundamentais da chamada matriz espacial, tais como espaço, território e lugar, também se encontram, semelhantemente, em processo de rearticulação. Em outras palavras, as TICs trouxeram, segundo Duarte e Firmino (2010), “novas perspectivas para a percepção e a definição conceitual de espaço, para quais são os limites que definem um território – ou quais são as estratégias para romper esses limites – e para a apropriação subjetiva de parte do espaço, chamados lugares”. (DUARTE; FIRMINO, 2010, p. 29).

7. Projeto “Olho Vivo”: manifestação sintomática do controle contemporâneo

O projeto de monitoramento urbano “Olho Vivo” nasceu de uma parceria público-privada estabelecida entre as seguintes instituições: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A (PRODABEL), Governo do Estado de Minas Gerais – com destaque especial para a participação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) –, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) e, por fim, Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH).

Dessa maneira, o Projeto “Olho Vivo” iniciou oficialmente suas atividades no dia 13 de dezembro de 2004, estruturado a partir de um propósito bastante delineado: promover o apoio às ações e operações da PMMG, bem como aos demais órgãos do Sistema de Defesa Civil, na prevenção e combate da criminalidade na região conhecida como hipercentro da cidade de Belo Horizonte. De acordo com Alves (2007), a escolha inicial do hipercentro como alvo principal do Projeto “Olho Vivo” se deu em virtude de essa região ser considerada o “coração econômico da cidade”, isto é: local no qual há uma presença significativa de lojas e estabelecimentos comerciais, além de um fluxo intenso de pessoas que, geralmente, se locomovem de um ponto ao outro da cidade.



Em princípio, foram instaladas 72 câmeras de vídeo-vigilância capazes de “orquestrar” uma vigilância ininterrupta em torno das regiões do Barro Preto, Savassi e hipercentro, com o intuito de possivelmente prevenir a violência, garantindo, assim, segundo seus idealizadores, tranquilidade e segurança para que a população civil pudesse retornar a frequentar as regiões tradicionais do comércio belorizontino. No decorrer de 2007, entretanto, o número de câmeras de vídeo-vigilância pertencente ao Projeto “Olho Vivo” passou por um significativo aumento: mais 72 câmeras eletrônicas foram levadas às ruas, avenidas e praças da cidade de Belo Horizonte. Caiçara, Padre Eustáquio, Carlos Prates, Coração Eucarístico, Calafate, assim como a Praça da Liberdade, foram os principais pontos atingidos pela expansão da vigilância promovida pelo “Olho Vivo”. Sendo assim, o Projeto passou a contar, a partir de 2007, com um total de 144 dispositivos de videomonitoramento eletrônico.

O projeto de monitoramento urbano “Olho Vivo” pode ser visto, portanto, como uma manifestação sintomática que atesta a relação entre vigilância e visibilidade na contemporaneidade, bem como as consequências que tal imbricação foi capaz de provocar na organização do espaço e na construção dos processos de subjetivação pelos indivíduos.

Conforme abordado no princípio deste artigo, o *Panóptico* era um dos procedimentos do poder disciplinar responsáveis por organizar as forças individualizantes em benefício do sistema moderno de produção capitalista. Assim, o *Panóptico* passou a ser visto como um mecanismo destinado a solucionar o problema de vigilância que acometia inúmeras instituições disciplinares. Nesse sentido, e tendo em vista a vigilância orquestrada pelo Projeto “Olho Vivo” em torno das principais regiões da cidade de Belo Horizonte, seria correto afirmar que as câmeras de vídeo-vigilância contemporâneas são uma espécie de aperfeiçoamento tecnológico do *Panóptico*, de Michel Foucault (1975)?

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que, de fato, a análise de Foucault (1975) a respeito do *Panóptico* foi de suma importância para os estudos contemporâneos sobre a vigi-



lância eletrônica. Todavia, é igualmente importante evitar aproximações simplórias, bem como refutações categóricas acerca desse assunto. Ouve-se, recorrentemente, expressões como “*Panóptico* universal”, “*Panóptico* eletrônico”, “*superpanóptico*”, entre outras, para caracterizar os atuais projetos de monitoramento urbano. Nessa ótica, o Projeto “Olho Vivo” seria uma espécie de “*Panóptico* eletrônico” inserido nas ruas de Belo Horizonte?

Se for levado em consideração, assim como feito por Koskela (2003), que as atuais câmeras de vídeo-vigilância procuram normalizar – através, sobretudo, de agenciamentos entre os modos de ver e ser visto (regime de visibilidade) – o espaço urbano, ditando, portanto, um único padrão possível de comportamento, pode-se dizer que tal aproximação entre o “Olho Vivo” e o *Panóptico* seria pertinente. Ademais, tal como o *Panóptico*, os dispositivos tecnológicos de vigilância contemporâneos são capazes de generalizar para toda a sociedade métodos e procedimentos de coerção bem definidos.

Assumindo essa premissa, o Projeto “Olho Vivo” parece ser responsável por mergulhar os sujeitos que transitam, principalmente, pelo hipercentro da cidade – região de Belo Horizonte de maior abrangência do Projeto – em meio a mecanismos de poder que os normalizam, isto é: os investem de comportamentos dóceis e desejáveis aos interesses e pretensões das instituições encarregadas de colocar em prática o monitoramento urbano proposto pelo “Olho Vivo” – CDL/BH, PRODABEL, PMMG, PBH, governo estadual etc.

Tido como um dos dispositivos de controle e monitoramento presentes no espaço belo-rizantino, as câmeras eletrônicas do Projeto “Olho Vivo” se valem de procedimentos e jogos de poder semelhantes aos que foram orquestrados, no decorrer do período disciplinar, pelo *Panóptico*: práticas de ver e ser visto (regime de visibilidade); anonimato do vigilante – afinal, o olho eletrônico da câmera é um enunciado maquínico sem enunciação –; normalização e homogeneização do espaço; indução de um sentimento de vigilância constante e ininterrupta



nos processos de subjetivação dos sujeitos; plena visibilidade do dispositivo responsável pelo controle social (câmeras de vídeo-vigilância); entre outros.

Tomando, portanto, como verdadeiras tais similaridades, seria pertinente afirmar, conforme feito por Koskela (2003), que as câmeras de monitoramento contemporâneas seriam uma espécie de atualização tecnológica do *Panóptico*, ou, ainda, seriam uma maneira de inserir os procedimentos e mecanismos disciplinares nos fluxos (financeiros, comunicacionais, subjetivos, do consumo, do desejo etc.) das sociedades de controle.

Frente às possibilidades anunciadas até aqui, é possível, sim, realizar aproximações e convergências entre os dispositivos de vigilância do “Olho Vivo” e o *Panóptico*. Em contrapartida, não se deve negligenciar a observação realizada por Roberto Machado (1979), um dos principais comentadores da obra foucaultiana:

embora às vezes suas afirmações [as de Foucault] tenham uma ambição englobante, inclusive pelo tom muitas vezes provocativo e polêmico que as caracteriza, é importante não perder de vista que se trata de análises particularizadas, que não podem e não devem ser aplicadas indistintamente sobre novos objetos, fazendo-lhes assumir uma postura metodológica que lhes daria universalidade. (MACHADO, 1979, p. XVI).

Daí surge a necessidade, ratificada pela citação anterior, de mencionar a existência de inúmeras contradições e ambiguidades em torno dos estudos que apontam uma interlocução direta entre os atuais dispositivos de vigilância e o *Panóptico*. Ou seja, é importante compreender, conforme dito por Machado (1975), que os apontamentos foucaultianos sobre a vigilância são aplicados somente a espaços fechados, haja vista que as análises em torno dessa questão não são totalizantes, nem tampouco possíveis de serem aplicadas, sem distinção, a todo e qualquer objeto.



Conforme alertado por Kanashiro (2006), as câmeras de vídeo-vigilância não corrigem os desvios por meio de uma rotina rigorosa e repetitiva de exercícios, muito menos há sanção normalizadora capaz de estabelecer micropenalidades do tempo, das atividades, dos gestos etc. Na realidade, as câmeras de monitoramento, ao contrário dos procedimentos disciplinares, não se atém ao lugar nem ao tempo para colocar em prática suas “punições”, mas sim “à permissão ou recusa do acesso, que desloca e dilui a punição para o momento sempre imediato da mobilidade, da circulação”. (KANASHIRO, 2006, p. 79).

Ou, melhor, os desvios não devem ser corrigidos, mas sim eliminados, retirados de cena, objetivando, assim, a construção de uma cidade supostamente mais “limpa”, segura, homogênea, pronta para o consumo. Em suma, a meta principal das câmeras de monitoramento não é punir, mas sim prevenir. A punição, se ela chegar a ocorrer, ficará por conta, levando em consideração do Projeto “Olho Vivo”, da Polícia Militar de Minas Gerais.

Dessa forma, o Projeto “Olho Vivo” parece ter encontrado sua legitimidade, no âmago dos processos de subjetivação dos belorizontinos, ao realizar a promessa de atenuar – ou, até mesmo, eliminar – os inconvenientes causados pelos atos criminosos que supostamente assolam as principais regiões de Belo Horizonte. Atrelado à “retórica do risco”, o “Olho Vivo” surgiu, portanto, como uma solução natural e necessária para o quadro de violência e desordem social que se instalou no hipercentro, e nas demais regiões abrangidas pelo Projeto, de Belo Horizonte. Em outras palavras, pode-se dizer que em nome de uma suposta proximidade do risco e da catástrofe social proporcionada pela violência contemporânea, o sujeito ordinário, residente em Belo Horizonte, busca, ou, melhor, exige o aumento do número de procedimentos e dispositivos de vigilância que possam talvez, em uma situação hipotética, garantir sua proteção diante dos males causados pelos atos criminosos de uma grande cidade como Belo Horizonte.



Torna-se necessário salientar, entretanto, que somente a estratégia da “retórica do risco” não seria suficientemente capaz de moldar processos de subjetivação ligados à legitimação de aparatos e tecnologias de controle e monitoramento. Assim, a “retórica do risco” encontra alguns outros “aliados” que são responsáveis pela construção social da violência contemporânea e, por conseguinte, pela implementação de projetos de monitoramento urbano como o “Olho Vivo”. Em primeiro lugar, não se pode perder de vista a ineficiência histórica do Estado brasileiro no que diz respeito às políticas públicas voltadas para promover a segurança da população. Em decorrência desse fato, surgiu, ao longo dos séculos, segundo Kana-shiro (2006), uma crença comum entre os brasileiros que a segurança deve ser vista como uma responsabilidade individual e privada. Ou seja, pode-se dizer que a segurança no Brasil é concebida como uma mercadoria que tem sua lei de oferta e procura modulada de acordo com os níveis de medo e insegurança da sociedade civil.

Valendo-se da “retórica do risco”, do aumento do sentimento de medo, bem como de argumentos e evidências em torno da ineficiência do Estado no combate à violência urbana, o Projeto “Olho Vivo” encontra um terreno fértil para se instalar sem que haja, pelo menos inicialmente, ressalvas e contradições significativas por parte dos indivíduos e grupos sociais de Belo Horizonte. Dito de outra forma, o controle social exercido pelas câmeras de monitoramento do “Olho Vivo” é justificado, essencialmente, através do seguinte tripé argumentativo: crescimento da violência contemporânea, aumento da sensação de medo e insegurança por parte da população e incompetência do Estado para gerir a segurança pública.

Contudo, é importante salientar, conforme foi visto nas análises foucaultianas abordadas na primeira parte deste artigo, que onde há poder e saber, há resistência. Sendo assim, faz-se necessário, também, pensar o Projeto “Olho Vivo” a partir das relações e agenciamentos que ele estabelece com o poder e a produção de saber no espaço urbano belorizontino. Nessa perspectiva, o Projeto “Olho Vivo”, ao engendrar relações de poder em torno do monitoramento urbano de certas regiões de Belo Horizonte, acaba por produzir uma rica e vasta docu-



mentação a respeito das atividades, ações, comportamentos e afazeres das pessoas que transitam nas regiões nas quais há a presença de câmeras eletrônicas do Projeto, comprometendo, por conseguinte, o direito à privacidade e ao anonimato desses indivíduos e/ou grupos sociais.

Do mesmo modo, uma possível resistência frente ao controle social exercido pelo Projeto “Olho Vivo” poderia emergir, igualmente, dos processos de subjetivação engendrados pelos indivíduos, que, segundo Deleuze e Guattari (1995), são os responsáveis por criar linhas de fuga e fissuras em meio ao controle e monitoramento articulados pelos dispositivos contemporâneos de vigilância. Em outras palavras, “os poderes e saberes suscitam resistências. O que resiste é uma força que em vez de afetar e ser afetada por outras forças vai se auto-afetar. Esta auto-afetação é a dobra, auto-referente, auto-organizadora”. (PARENTE, 2004, p. 96). Dessa forma, pode-se dizer que houve, em Belo Horizonte, o engendramento de processos de subjetivação capazes de criar uma força, uma dobra, que pudesse contestar e questionar o jogos de poder articulados pelo Projeto “Olho Vivo”. Trata-se, na verdade, de uma intervenção artística, batizada de “Praia da Estação”, na qual inúmeras pessoas se apropriaram de forma bem humorada da Praça da Estação, localizada no hipercentro de Belo Horizonte, para colocar em xeque a vigília feita em torno do espaço contemporâneo belorizontino.

Com relação às matrizes espaciais, pode-se dizer que o “Olho Vivo”, ao realizar uma varredura de regiões e áreas de Belo Horizonte por meio do olhar maquínico de suas câmeras, promove um deslocamento importante no que diz respeito às características fundamentais do espaço urbano belorizontino. Espaço este que, por excelência, seria um local de embates, multiplicidades e heterogeneidades, mas que, em decorrência da presença das tecnologias de recorte imagético do “Olho Vivo”, acaba por se tornar um local homogêneo, pasteurizado, longe dos conflitos e tensões que sempre o marcaram e permearam. Por se tratar de um projeto idealizado pela CDL/BH, evidências levam a crer que o “Olho Vivo” teria a pretensão de criar e manter um único discurso, bem como somente uma única forma de experimentação e apropriação, para o espaço urbano de Belo Horizonte. Há, por conseguinte, a tentativa de construir



socialmente um discurso que coloque Belo Horizonte como sendo um local seguro, asséptico, resguardado de atos criminosos e pronto para o consumo de bens e serviços.

É claro que, conforme visto anteriormente, um mesmo espaço pode ser significado e organizado de formas diferentes e contrastantes por parte dos indivíduos que o experimentam cotidianamente. Tudo dependerá, na realidade, do uso que se faz dos objetos e ações desse espaço. Contudo, o Projeto “Olho Vivo” parece querer criar uma territorialidade na qual os sujeitos deveriam se comportar de uma única só forma, visto que, segundo Duarte (2002), uma das características fundamentais do conceito de território é fazer com que “quaisquer outros elementos que se coloquem sob sua região de influência deverão respeitar sua significação e organização”. (DUARTE, 2002, p. 76-77).

Ademais, é fundamental explicitar que o Projeto “Olho Vivo” foi implementado em pontos considerados como glamourosos pelo comércio de Belo Horizonte, isto é, em regiões e locais nos quais há uma concentração e circulação de indivíduos abastados economicamente. Ora, a escolha dos pontos que seriam monitorados pelas câmeras de vídeo-vigilância do “Olho Vivo” não seria uma forma de produzir, conforme dito por Bauman, um “templo de consumo bem supervisionado, apropriadamente vigiado e guardado”, criando, assim, uma “ilha de ordem, livre de mendigos, desocupados, assaltantes e traficantes”? (SOUZA, *apud* BAUMAN, 2008, p. 112-113).

A despeito desse assunto, é importante salientar que as tecnologias de vigilância, de maneira geral, ratificam e industrializam uma certa lógica de exclusão social. Essa lógica, segundo Botello (2010), seria a responsável por determinar quais indivíduos e/ou grupos sociais merecem ser considerados como fatores de risco. No caso específico do “Olho Vivo”, o projeto e a implementação das câmeras de vídeo-vigilância envolveram instituições públicas e privadas, que se juntaram para determinar a configuração e a abrangência territorial do monitoramento urbano. O resultado, por assim dizer, foi um videomonitoramento orientando muito

mais ao controle social de alguns setores/classes específicos da população e à proteção de outros. De certa forma, isso reflete a influência desigual das entidades públicas e privadas no que diz respeito à elaboração do “Olho Vivo”, visto que o Projeto parece ter sido criado para responder, sobretudo, aos anseios de setores sociais mais bem posicionados na hierarquia do município de Belo Horizonte.

Frente a essas possibilidades, o ideal, talvez, seria realizar um movimento, conforme salienta Deleuze e Guattari (1997), de des-re-territorialização em direção à construção de um outro território, menos repressivo, controlado e homogêneo que o engendrado, atualmente, pelas câmeras de monitoramento do “Olho Vivo”.

8. Considerações finais

Por fim, deve-se levar em consideração as principais linhas de força que compõem o Projeto “Olho Vivo”: exercício de poder, conhecimento técnico e domínio tecnológico. Como é possível perceber, tais elementos possuem um alto grau de imprevisibilidade. Sendo assim, é absolutamente natural, e até mesmo inevitável, a existência de desvios ao longo desta análise, na medida em que tanto a política quanto a técnica/tecnologia estão em constante transformação, o que faz, por conseguinte, do presente artigo uma entre as inúmeras possíveis traduções para o objeto aqui pesquisado.

9. Referências bibliográficas

ALVES, Daniel Garcia. **Avaliação do impacto produzido pelo sistema de patrulhamento vídeo monitorado na prevenção do delito de roubo a transeunte, e na sensação de segurança no Hipercentro de Belo Horizonte.** Monografia (Especialização) – Academia de Polícia Militar, Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.



Sociedade Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação

*Iniciacom – Revista Brasileira
de Iniciação Científica em
Comunicação Social*

-
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BRASIL, André. Sob o risco da estética. In: PINTO, Julio; SERELLE, Márcio (Orgs.). **Interações midiáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BRASIL, André. **Virar a câmera, estremecer a imagem**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- BOTELLO, Nelson Arteaga. Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. In: BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BRUNO, Fernanda. **Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital**. Porto Alegre: Revista FAMECOS, 2008.
- BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- COSTA, Rogério da. **Sociedade de controle**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. V.1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais**: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura. São Paulo: Perspectivas: FAPESP, 2002.
- DUARTE, Fábio; FIRMINO, Rodrigo. Espaço, visibilidade e tecnologias: (Re)caracterizando a experiência urbana. In: BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 1975.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric (Org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. A produção biopolítica. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- KANASHIRO, Marta. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. Campinas: UNICAMP, 2006.
-



Sociedade Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação

*Iniciacom – Revista Brasileira
de Iniciação Científica em
Comunicação Social*

-
- KIM, Mun-Cho. **Surveillance technology, privacy and social control:** With reference to the case of the electronic identification card in South Korea. *International Sociology*, 2004.
- KOSKELLA, Hille. “Cam Er – The contemporary urban Panopticon”. *Surveillance & Society* 1 (3): 2003.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 1979.
- PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.